

Congresso adia orçamento

Partidos condicionam aprovação às emendas

Carlos Menandro 07.03.90

A votação definitiva do orçamento fiscal da União para 1991 pelo Congresso Nacional foi adiada mais uma vez, por falta de quórum. Na sessão de ontem como não houve acordo entre as lideranças, o orçamento não foi votado, já que apenas 64 parlamentares compareceram ao plenário — a Constituição exige a presença mínima de 248 deputados e 38 senadores para que haja quórum de votação. A obstrução foi promovida pelo PT e pelo PSDB, que condicionam o acordo à aprovação de suas emendas ao projeto. "Essa proposta vai aprofundar mais ainda a recessão, no ano que vem", atacou o líder do PT na Câmara, deputado Gumercinco Milhomem (SP).

Numa sessão que se estendeu das 11h00 às 14h00, os deputados petistas ocuparam sucessivamente a tribuna do Congresso para criticar as "distorções" do relatório do deputado João Alves (PFL/BA), relator do projeto. O deputado Luis Eduardo Greenhalgh (PT/SP) denunciou que Cr\$ 49 bilhões da verba de contingência da segurança social (destinada a casos excepcionais, como calamidades foram, "pulverizados"). Ou seja, os recursos, aprovados pela Comissão Mista de Orçamento foram alterados "no caminho entre a comissão e o Prodasen (a gráfica do Senado)", resumiu Greenhalgh.

16 DE 7 1990

JORNAL DE BRASÍLIA



Milhomem obstrui votação

Explicou o parlamentar que o dinheiro, em valores de maio, teve destinação direta para os municípios e estados, em todo o País, "não prioritários num orçamento global para o País".

João Alves, ainda segundo denúncia do PT, conseguiu aprovar todas as suas 400 emendas apresentadas ao projeto do governo.

Como não há quórum regimental para votação, o PT condiciona seu apoio ao projeto do orçamento à aprovação de uma emenda que altere a destinação dos Cr\$ 750 bilhões — os recursos excedentes do orçamento do governo, que foram subestimados no projeto original, da equipe econômica do governo.